



Estudo do Veto nº 43/2020

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.424, de 2020.

8 dispositivos vetados

VETO PARCIAL APOSTO POR “CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO”

Autoria do projeto:

- Senado Federal

Relatorias do projeto na Câmara:

- Deputado João Roma (REPUBLIC-BA)

Relatorias do projeto no Senado:

- Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Ementa do projeto de lei vetado:

"Altera a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#), para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#), e a [Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009](#), para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo".

Assunto do Veto:

Linha de crédito para profissionais liberais

Estudo do Veto nº 43/2020

| DISPOSITIVO VETADO | | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--------------------|---|---|--|---|
| 43.20.001 | <p>- Inciso II do “caput” do art. 3º, da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com a redação dada pelo art. 1º do projeto</p> <p>prazo de até 36 (trinta e seis) meses para o pagamento, dos quais até 8 (oito) meses poderão ser de carência com capitalização de juros;</p> | Prazo para o pagamento das operações de crédito | <p>Origem: Parecer nº 54, de 2020-PLEN/SF, de autoria do relator Senador Omar Aziz.</p> <p>Sem justificativa específica.</p> | <p>“Os dispositivos geram insegurança jurídica ao disciplinarem matéria da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, recentemente sancionada, que ‘Institui o Programa 3 Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p> |

Comentado [DRG1]: Art. 3º As instituições financeiras participantes do Pronampe poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Programa até 3 (três) meses após a entrada em vigor desta Lei, prorrogáveis a critério da Sepec por mais 3 (três) meses, observados os seguintes parâmetros:



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Estudo do Veto nº 43/2020

| DISPOSITIVO VETADO | | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--------------------|---|---|----------------------|----------------------------|
| 43.20.002 | <p>§ 5º do art. 5º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com a redação dada pelo art. 1º do projeto</p> <p>Todos os créditos honrados eventualmente remanescentes a título de recuperação deverão ser leiloados pelos agentes financeiros, em até 18 (dezoito) meses após o período de amortização da última parcela passível de vencimento no âmbito do referido Programa, observadas as condições estabelecidas no estatuto do Fundo.</p> | Leilão dos créditos remanescentes a título de recuperação | Idem. | Idem. |

Comentado [DRG2]: Art. 5º Na hipótese de inadimplemento do contratante, as instituições financeiras participantes do Pronampe farão a cobrança da dívida em nome próprio, em conformidade com as suas políticas de crédito, e recolherão os valores recuperados ao FGO, relativos a cada operação, na proporção do saldo devedor honrado pelo Fundo.

Estudo do Veto nº 43/2020

| DISPOSITIVO VETADO | | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--------------------|---|---|----------------------|----------------------------|
| 43.20.003 | <p>§ 6º do art. 5º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com a redação dada pelo art. 1º do projeto</p> <p>Os créditos não arrematados deverão ser novamente oferecidos em leilão, dentro do prazo previsto no § 5º deste artigo, e poderão ser alienados a quem oferecer o maior lance, independentemente do valor de avaliação.</p> | Novo leilão dos créditos não arrematados | Idem. | Idem. |
| 43.20.004 | <p>§ 7º do art. 5º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com a redação dada pelo art. 1º do projeto</p> <p>Após o decurso do prazo previsto no § 5º deste artigo para todos os agentes financeiros, o patrimônio segregado no Fundo para o Pronampe será liquidado no prazo de até 12 (doze) meses.</p> | Quitação do patrimônio segregado no Fundo para o Pronampe em até doze meses | Idem. | Idem. |

Estudo do Veto nº 43/2020

| DISPOSITIVO VETADO | | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--------------------|---|--|----------------------|----------------------------|
| 43.20.005 | <p>§ 4º do art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com a redação dada pelo art. 1º do projeto</p> <p>As instituições financeiras participantes do Pronampe operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO, de até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura, pelo Fundo, da inadimplência suportada pelo agente financeiro, limitada, nos termos do estatuto do Fundo, a 85% (oitenta e cinco por cento) da carteira à qual estejam vinculadas, e o estatuto poderá segregar os limites máximos de cobertura da inadimplência de acordo com as características das instituições financeiras e das carteiras e por períodos.</p> | <p>Cobertura pelo Fundo em caso de inadimplência das instituições financeiras participantes do Pronampe que operarão com recursos próprios</p> | Idem. | Idem. |

Estudo do Veto nº 43/2020

| DISPOSITIVO VETADO | | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--------------------|--|---|--|----------------------------|
| 43.20.006 | <p>art. 6º-A da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, com a redação dada pelo art. 1º do projeto</p> <p>Ao FGO, para as contratações realizadas no âmbito do Pronampe, não se aplicam as disposições dos §§ 3º e 6º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.</p> | <p>Não se aplicam os §§ 3º e 6º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 2009 às contratações realizadas pelo Pronampe</p> | Idem. | Idem. |
| 43.20.007 | <p>alínea "e" do inciso I do "caput" do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, com a redação dada pelo art. 2º do projeto</p> <p>profissionais liberais, nos termos definidos no estatuto do fundo;</p> | Profissionais liberais | <p>Origem: Parecer nº 54, de 2020-PLEN/SF, de autoria do relator Senador Omar Aziz.</p> <p>Justificativa: [...] Com isso, estamos oferecendo a alternativa de a linha de crédito voltada a profissionais liberais contar com a garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, nos termos daquela Lei. Dessa forma, as instituições financeiras aderentes ao Programa efetuarão empréstimos a partir de recursos próprios, que entendemos ser mais viável politicamente para concretizar o direcionamento emergencial de crédito a profissionais liberais. [...]</p> | Idem. |

Comentado [DRG3]: I - garantir diretamente o risco em operações de crédito para:

Comentado [DRG4]: Art. 7º. Fica a União autorizada a participar, no limite global de até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), de fundos que, atendidos os requisitos fixados nesta Lei, tenham por finalidade, alternativa ou cumulativamente:

Estudo do Veto nº 43/2020

| | DISPOSITIVO VETADO | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|-----------|---|---|---|----------------------------|
| 43.20.008 | <p>"caput" do art. 10 da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, com a redação dada pelo art. 2º do projeto</p> <p>Ficam criados o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo, órgãos colegiados, os quais terão suas composições e competências estabelecidas em ato do Poder Executivo.</p> | <p>Criação do Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito e do Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo</p> | <p>Origem: Parecer nº 54, de 2020-PLEN/SF, de autoria do relator Senador Omar Aziz.</p> <p>Justificativa: [...] Por fim, aproveitamos para alterar a redação do art. 10 da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que cria o Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e em operações de crédito educativo, para adicionar a criação do Conselho de Participação em operações de crédito educativo. [...]</p> | <p>Idem.</p> |